

GESTÃO DE ESCOLAS COMUNITÁRIAS

NO MUNICÍPIO DO CAZENGA EM LUANDA/ANGOLA¹

Manuel Fernandes Muango²

RESUMO

O presente trabalho aborda como temática a gestão das escolas comunitárias, em Luanda, capital de Angola. O artigo tem como objetivo, compreender a origem e gerenciamento dos recursos financeiros e materiais didáticos que chegam nas escolas comunitárias localizadas na província de Luanda. Consideramos que os recursos financeiros e didáticos são elementos fundamentais para a existência e sobrevivência de qualquer instituição escolar, e as escolas comunitárias não estão isentas disso. O estudo é resultado de uma pesquisa exploratória e descritiva-reflexiva, que se apoia em estudos bibliográficos e possui abordagem qualitativa. De forma complementar utilizamos um google forms para recolha de informações, por meio de entrevistas com gestores, com perguntas abertas. Os resultados apontam que as escolas comunitárias se asseguram através de mensalidades que são pagas pelos próprios alunos, não recebendo subsídios do Ministério da Educação. As escolas comunitárias têm enfrentado diversos problemas, como a falta de recursos financeiros e estruturas inadequadas para uma prática educativa.

Palavras-chaves: escolas - organização e administração - Cazenga (Luanda, Angola); escolas comunitárias - administração financeira.

ABSTRACT

This paper addresses the management of community schools in Luanda, the capital of Angola. The article aims to understand the origin and management of financial and teaching resources that reach community schools located in the province of Luanda. We consider that financial and teaching resources are fundamental elements for the existence and survival of any school institution, and community schools are no exception. The study is the result of exploratory and descriptive-reflective research, based on bibliographic studies and employing a qualitative approach. Complementarily, we used Google Forms to collect information through interviews with managers, using open-ended questions. The results indicate that community schools are funded through tuition fees paid by the students themselves, receiving no subsidies from the Ministry of Education. Community schools have faced several problems, such as a lack of financial resources and inadequate structures for educational practice.

Keywords: schools - organization and administration - Cazenga (Luanda, Angola); community schools - financial administration.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Licenciatura em Pedagogia, da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Claudilene Maria da Silva.

² Bacharel em Humanidades e estudante do curso de Pedagogia da UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

No presente artigo abordamos a gestão de escolas comunitárias em Luanda, capital de Angola. Nos últimos tempos, a educação em Angola tem sido alvo de muitas críticas, quer seja em instituições públicas ou privadas. A caminho de 50 anos de independência³, o país ainda enfrenta inúmeros desafios no que diz respeito à escolarização e infraestruturas escolares, fato que nos leva a perceber, o alto nível de analfabetismo e a péssima educação predominante no país.

A cada dia que passa, tem sido crescente o número de alunos fora do ensino escolar, isso se reverbera nas vagas que o Ministério da Educação disponibiliza para população, as vagas são ínfimas face ao número de estudantes que carecem de ensino, uma em cada família em angola, tem um estudante fora do ensino. “Em termos relativos, o Ensino Público concentrou 70,0% do total das escolas em funcionamento, o Ensino Público–privado tinha 5,0% do total das escolas em funcionamento e o Ensino Privado Tinha 25,0% do total das escolas em funcionamento.” Segundo o Gabinete de Estudos, Planejamento e Estatística (2024, p. 24):

Como aponta Cavaco (2018, p. 372):

O analfabetismo é um fenômeno com raízes sociais, culturais e políticas e não resulta, regra geral, da opção e da incapacidade das pessoas, apresentando-se como consequência de determinados contextos e circunstâncias que ultrapassam a esfera individual. Ou seja, o analfabetismo resulta de um conjunto de desigualdades, que se vão intensificando e reforçando nos vários tempos e espaços de vida – as desigualdades socioeconômicas das famílias, que, com frequência, se traduzem em desigualdades no acesso à escola e ao sucesso educativo das crianças, o que por sua vez tem implicações no percurso social e profissional dos jovens e adultos.

A desigualdade socioeconômica é um dos fatores que também é apontado como protagonista do analfabetismo, com insuficiências de vagas nas instituições públicas, nem todas as famílias possuem condições financeiras para garantir a formação dos seus filhos em instituições privadas. O governo por sua vez, vem criando políticas educacionais para combater o analfabetismo existente no país.

Ademais, as escolas comunitárias surgem como parceiras do governo nesse processo de erradicação do analfabetismo existente no solo angolano. Em algumas escolas comunitárias, é implementado o ensino de adultos, que em função da guerra

³ Angola alcançou a independência no dia 11 de novembro de 1975.

civil existente no país, uma boa parte da população angolana viu-se obrigada a abandonar a formação para servir as forças armadas.

Face a esse cenário que a educação em Angola tem enfrentado, o presente artigo procurou compreender a gestão das escolas comunitárias, apresentando a sua gênese, sua configuração e sua gestão, olhando especialmente para os recursos das escolas.

A gestão escolar é um conjunto de práticas cuja finalidade é fornecer uma melhor organização e funcionamento infalível dentro de uma escola, tendo como objetivo central, a organização e proporcionar um espaço seguro para uma aprendizagem eficiente e de qualidade, garantido assim, uma educação de qualidade e assegurando o desenvolvimento dos alunos.

Não obstante, a gestão escolar não se resume apenas na organização da escola, ela é extensiva, abrangendo assim, diversas áreas ligadas à educação, como gestão de pessoas, de recursos, administração pedagógica, institucional e financeira. A gestão escolar ela é feita com por uma equipe onde cada uma executa determinada tarefa, sendo o diretor o que faz as movimentações, assim sendo, para Lück (2009, p. 17):

O DIRETOR:

1. Garante o funcionamento pleno da escola como organização social, com o foco na formação de alunos e promoção de sua aprendizagem, mediante o respeito e aplicação das determinações legais nacionais, estaduais e locais, em todas as suas ações e práticas educacionais.
2. Aplica nas práticas de gestão escolar e na orientação dos planos de trabalho e ações promovidas na escola, fundamentos, princípios e diretrizes educacionais consistentes e em acordo com as demandas de aprendizagem e formação de alunos como cidadãos autônomos, críticos e participativos.
3. Promove na escola o sentido de visão social do seu trabalho e elevadas expectativas em relação aos seus resultados educacionais, como condição para garantir qualidade social na formação e aprendizagem dos alunos.
4. Define, atualiza e implementa padrões de qualidade para as práticas educacionais escolares, com visão abrangente e de futuro, de acordo com as demandas de formação promovidas pela dinâmica social e econômica do país, do estado e do município.
5. Promove e mantém na escola a integração, coerência e consistência entre todas as dimensões e ações do trabalho educacional, com foco na realização do papel social da escola e qualidade das ações educacionais voltadas para seu principal objetivo: a aprendizagem e formação dos alunos.
6. Promove na escola o sentido de unidade e garante padrões elevados de ensino, orientado por princípios e diretrizes inclusivos, de eqüidade e respeito à diversidade, de modo que todos os alunos tenham sucesso escolar e se desenvolvam o mais plenamente possível.
7. Articula e engloba as várias dimensões da gestão escolar e das ações educacionais, como condição para garantir a unidade de trabalho e desenvolvimento equilibrado de todos os segmentos da escola, na realização de seus objetivos, segundo uma perspectiva interativa e integradora.

8. Adota em sua atuação de gestão escolar uma visão abrangente de escola, um sistema de gestão escolar e uma orientação interativa, mobilizadora dos talentos e competências dos participantes da comunidade escolar, na promoção de educação de qualidade.

No que se refere a gestão no contexto angolano, uma questão que não se cala, é sobre a gestão das escolas comunitárias, que ainda é um assunto titubeante, que carece de certas explicações, uma vez que, elas são instituições autônomas.

O ministério da educação reconhece a existência das mesmas, porém, não são levadas em consideração no orçamento do estado para educação, és a razão de até hoje as escolas da Associação das Escolas Comunitárias (AEC) permanecerem em condições precárias.

Tendo em conta as incertezas que há na distribuição dos recursos das escolas comunitárias e sua origem, o presente estudo questiona: qual é a origem e como ocorre a gestão dos recursos e materiais direcionados ao funcionamento das escolas comunitárias no município do Cazenga na província de Luanda – Angola?

Essa pesquisa, possui o seguinte objetivo: compreender a origem e gerenciamento dos recursos financeiros e materiais didáticos que chegam nas escolas comunitárias. Especificamente, esperamos:

- Levantar a origem dos recursos e materiais que as escolas comunitárias recebem.
- Verificar como os gestores administram o uso dos materiais e recursos recebidos pelas escolas comunitárias.
- Identificar a percepção dos gestores sobre a qualidade e quantidade dos recursos e materiais que chegam nas escolas comunitárias.

A intencionalidade do trabalho é convidar os gestores para uma reflexão sobre a realidade das escolas comunitárias, com intuito de melhorar a gestão da mesma, uma vez que vem enfrentando diversos desafios.

O município do Cazenga está situado propriamente na província de Luanda, capital de Angola, adjacente à cidade de Luanda, é considerado, um dos municípios mais populoso da província, o mesmo se beneficia de várias escolas públicas em vários pontos, as mesmas instituições contemplam o Iº Ciclo do Ensino Primário (Ensino de Base ou Fundamental) que vai da 1ª classe até a 6ª classe, o IIº Ciclo do

Ensino Secundário, que vai da 7^a até à 9^a classe, além desses dois ensinos, têm o Ensino Médio, que vai da 10^a até 12^a ou 13^a classe, isso dependendo do curso.

No Sambizanga, o projeto Associação das Escolas Comunitárias (AEC), criou por sua vez, várias escolas nessa localidade, projeto esse que oferece oportunidades a crianças que não conseguiram adentrar nas escolas públicas, e também Carolina considera que:

Numa situação de carência educacional, de viragem política e social, num ambiente de paz e esperança, é urgente educar as novas gerações. Comunidades activas, que acreditam que o futuro se faz no “aqui e agora”, oferecem explicações a crianças que já frequentam a escola mas que têm problemas de insucesso, assim como a crianças que não se podem matricular devido à falta de escolas ou de vagas, assim como também devido à falta do certificado de nascimento, livros, materiais, etc (Mendes, 201, p. 64)

As escolas comunitárias predominam nas periferias de Luanda, e são majoritariamente frequentadas por crianças provenientes de famílias que vivem em condições vulneráveis. Essas escolas garantem apenas o ensino fundamental, da iniciação que também podemos dizer de pré-escolar até a 6^a Classe. porém, nos últimos tempos tem se cogitado em adicionar a 7^a classe.

Em parte, o índice de crianças fora do ensino público tem sido crescente a cada ano que passa na província de Luanda, pois, os números de vagas que são disponibilizadas não suprem a demanda, isso que tem levado muitas inúmeras crianças fora do ensino público, além desse aspecto que compete ao estado, está a ausência de documentação das crianças, que impossibilita a sua entrada a escola pública, porque a idade exigida para o ensino fundamental é 6 anos de idade.

O presente artigo é resultado de uma pesquisa exploratória e descritiva-reflexiva, que se apoia em estudos bibliográficos e possui abordagem qualitativa. Segundo Minayo (2002, p. 21-22), a abordagem qualitativa “[...] trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações [...].” Para Denzin e Lincoln (2006, p. 17):

A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalista, interpretativa, para o mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus

cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas e eles conferem.

Conforme mencionado, neste artigo também trabalhamos com textos que dialogam com o tema em questão. O estudo bibliográfico foi fundamental para atingirmos os objetivos definidos. A entrevista foi o segundo procedimento utilizado para coleta das informações que foi realizada com dois gestores, que atuam como diretores de escolas comunitárias no município do Cazenga, Luanda - Angola, na visão de Lima (2016, p. 27):

A entrevista é uma técnica que consiste em gerar e manter conversações com pessoas consideradas chaves no processo de investigação. É recurso comumente utilizado por pesquisadores sociais é, importante frisar, em geral está associado ao uso de outras técnicas de pesquisa. Para isso, segue-se um conjunto de tópicos e interpretações que vão criar os dados da investigação.

As entrevistas foram feitas através do Google Forms, com perguntas abertas. Segundo Mota (2019) os formulários do Google Forms podem servir para a prática acadêmica de pesquisa e têm sido utilizados em virtude de suas características e benefícios, como aponta:

Possibilidade de acesso em qualquer local e horário; agilidade na coleta de dados e análise dos resultados, pois quando respondido as respostas aparecem imediatamente; facilidade de uso entre outros benefícios. Em síntese, o Google Forms pode ser muito útil em diversas atividades acadêmicas, neste caso em especial para a coleta e análise de dados estatísticos, facilitando o processo de pesquisa (Mota, 2019, p.3).

Na entrevista feita nesta presente pesquisa, a previsão primária, era trabalhar com diversos gestores, tendo em conta a sua disponibilidade, mas ao longo do processo, recebemos apenas o retorno de dois gestores, devido à dificuldade de acesso à internet. A escolha dos gestores não obedeceu a um padrão seletivo, ficamos apenas com os disponíveis. Em relação ao perfil dos entrevistados, ambos são gestores de escolas comunitárias, um diretor e um vice-diretor escolar. Ademais, para análise das respostas usamos os códigos gestor A e B no intuito de salvaguardar a identidade dos entrevistados.

Neste artigo, tenciona-se apresentar uma abordagem reflexiva sobre a educação em Angola, relativamente às Escolas Comunitárias, com um olhar acurado

a gestão das mesmas, apresentando assim, um breve panorama histórico das escolas comunitárias e os desafios que vêm enfrentando até aos dias atuais.

2 ANGOLA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR E COMUNITÁRIA: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO

Geograficamente, Angola, está situada no continente africano, propriamente na África Subsariana, possuindo uma extensão de 1.246.700 km², faz fronteira com os seguintes países: ao norte com República Democrática do Congo (antigo Zaire), ao leste com a República da Zâmbia e ao sul com a República da Namíbia, banhado pelo oceano Atlântico no oeste. É integrante dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), junto de Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), a república de Angola é constituída por 18 províncias, sendo Luanda a capital, contemplando uma área de 113 km², com base no último Censo Demográfico realizado em 2014, a República de Angola tem aproximadamente 28 milhões de habitantes, contando com os grupos étnicos existentes no país, e a província de Luanda tem 7 municípios e 32 comunas⁴.

Atualmente, com nova Lei da Divisão Administrativa de 5 de setembro de 2024, segundo o Diário da República (2024, p. 9800-9801) no seu artigo 2º ponto 1. “O território da República de Angola é constituído por 21 províncias, 326 municípios e 378 comunas,” ganhando assim, mais 3 províncias: Cuando, Icolo e Bengo e Moxico leste. Com essa nova Lei da Divisão Administrativa, o município do Sambizanga que pertencente à província de Luanda, sofreu uma divisão territorial, perdendo seus pontos referenciais para o município do Cazenga, que é o município campo de pesquisa deste estudo, e faz parte dos 16 municípios que a província de Luanda possui, sendo um dos mais populosos, e com um número elevado de escolas.

Com a chegada dos europeus (portugueses) em Angola, em 1482, no comando de Diogo Cão, Angola vivenciou vários momentos turbulentos na sua história e alterações em várias áreas, incluindo na educação. No dia 11 de novembro de 1975, Angola alcançou a sua independência, e com o passar do tempo, outro confronto

⁴ Pequenos bairros que estão dentro e compõem os municípios.

eclo diu no país, a guerra civil⁵, que era protagonizada pelos seguintes partidos: Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA), MPLA liderado pelo primeiro Presidente da República, Dr. António Agostinho Neto, UNITA liderado por Jonas Malheiro Savimbi.

No ano que se deu a independência, deu-se também, a primeira reforma educativa em Angola, a reforma educativa Pós-Independência (1975), essa reforma tinha como meta reedificar o sistema educacional após a colonização e o aniquilamento do analfabetismo predominante no país. A segunda reforma da década de 1980⁶, tinha como objetivo a inserção de acertos estruturais devido à guerra civil, com um olhar minucioso à formação de professores e o alargamento do ensino primário nas diversas partes do país.

Um ano antes da guerra civil cessar, foi assinada a Lei de Base do Sistema de Educação, no dia 13 de junho de 2001, pelo presidente José Eduardo dos Santos e o presidente da Assembleia Nacional, Roberto António Víctor Francisco de Almeida. Essa reforma educativa, é marcada pela implementação da Lei de Base do Sistema Educativo (Lei nº 13/01) que marcou a modernização curricular e a expansão da rede escolar. A Lei de Base do Sistema de Educação, visa trazer melhorias para o andamento da educação em Angola, a mesma contempla questões inerentes a este contexto.

Segundo Zau (2009, p.120), o sistema de educação e ensino em Angola era (e continua a ser) constituído pelas seguintes instituições educativas:

- 1.^º Instituições pré-escolares;
- 2.^º Escolas do ensino de base;
- 3.^º Institutos de ensino médio;
- 4.^º Institutos de ensino superior (Institutos Superiores, Academias de Arte);
- 5.^º Escolas especiais e estabelecimentos para crianças deficientes;
- 6.^º Instituições para a instrução de adultos e aperfeiçoamento profissional, Centros de Formação de trabalhadores.

A Lei de Bases do Sistema Educativo em Angola, no seu artigo 8, diz que: “O ensino primário é obrigatório para todos os indivíduos que frequentam o subsistema do ensino geral.” Mas o número de vagas que são ofertadas não atende a necessidade

⁵ A guerra civil em Angola teve o seu fim no ano 2002, ano em que se proclamou a paz, em 4 de abril, em Angola, isso, depois da morte de Jonas Malheiro Savimbi em 22 de fevereiro de 2002.

⁶ A batalha do Cuito Cuanavale, guerra civil em Angola ocorrida na década de 1980.

da população, geralmente o número de vagas ofertadas tem sido inferior ao número de estudantes que precisam e devem estar na escola, ou seja, é desproporcional.

Tendo em conta a carência de vagas nas escolas públicas, as escolas comunitárias que também são conhecidas vulgarmente como “explicação,” eclodem como respostas face a essa necessidade de muitas crianças, na condição de estudantes angolanos.

Para que haja educação de qualidade e avanços significativos para a sociedade, é fundamental que haja investimento por parte do Ministério da Educação. No que toca a recursos financeiros e didáticos, a Lei de Base do Sistema Educativo, diz que “1. O exercício da educação constitui uma das prioridades do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico-Social e do Orçamento Geral do Estado.” Mas o que se vê na realidade vai além disso, não há como termos uma educação de qualidade quando o investimento que tem sido feito continuar a ser pequeno.

Em Angola, é notório a ausência de matérias didáticas nas escolas, sobretudo nas escolas que fazem parte do setor privado, como é o caso das escolas comunitárias onde os alunos são obrigados a comprar materiais vendidos nos mercados informais.

Considerei relevante pesquisar sobre essa temática, dado o crescimento brusco das escolas comunitárias e o número de estudantes que tem sido gradual, e que vêm se beneficiando dessa educação.

3 ESCOLAS COMUNITÁRIAS DO CAZENGA NA PROVÍNCIA DE LUANDA

Em sua gênese, as escolas comunitárias surgiram como explicações⁷ ou escolas de reforços. Segundo o Jornal da Angola (2024), inicialmente, as escolas comunitárias tiveram a sua existência na província de Luanda, município Cazenga, isto, no dia 12 de maio de 2006 e foi formalizada em 2011 pelo Gabinete Provincial da Educação, e em 2018, foi celebrado o protocolo de cooperação com o Ministério da Educação, como consta no estatuto da AEC.

Mendes assegura que (2012, p. 139):

⁷ Explicações ou escolas de quintais, tinham como objetivo ajudar as crianças com dificuldades na leitura e na escrita.

As escolas comunitárias, caracterizadas pelo ensino não formal e informal, não serão, nesta fase de alargamento da resposta educativa pública, uma resposta alternativa/complementar ao ensino público ou privado? Dentro das suas limitações, estas escolas conseguem reunir as condições para acolher as crianças de famílias mais carenciadas, integrando-as social e economicamente, pelo que evitam o analfabetismo e o rumo à dura vida das ruas. Portanto, à falta de outras alternativas, não será esta uma opção viável? Enquanto os grandes projectos se vão delineando e se aguardam os subsídios para os financiar, enquanto a escola pública se organiza e reúne as condições necessárias para acolher e educar todos os alunos, as escolas comunitárias escolarizam as crianças que não podem esperar mais para aprender, tirando-as das ruas, do trabalho infantil, dos vícios e da marginalidade. Não serão estas escolas comunitárias, organizadas em rede pela AEC, um contributo para o desenvolvimento e sustentabilidade da escolarização em Angola?

O Jornal de Angola (2024) acrescenta que atualmente, a AEC conta com o apoio do Ministério da Educação, da Rede Angolana da Sociedade Civil de Educação para Todos, da Rede de Luta contra a Pobreza na região norte de Angola e da Delegação Provincial da Justiça do Uíge.

Elas recebiam em grande quantidade, estudantes que vinham das escolas públicas, a fim de colmatar as suas dificuldades de leitura, escrita e cálculos matemáticos. Em geral, essas escolas carecem de estruturas físicas e pedagógicas, são incapazes de albergar um número elevado de alunos e profissionais da educação altamente capacitados.

Segundo o relato de Neves Bunga, coordenador da Associação das Escolas Comunitárias, as escolas comunitárias enfrentam vários problemas como a falta de materiais didáticos, reservatórios de água, infraestrutura e meios de transporte para alunos e professores que vivem em zonas recônditas.

Entendemos que as escolas comunitárias eclodem como forma de ajudar a formação de alunos que vivem nas periferias de Luanda. Além disso, também servem como estágio para professores que se formaram em Pedagogia em centros de formação periféricos.

Com o seu crescimento brusco nas periferias de Luanda, em 2006 houve a necessidade de se estruturar, criou-se uma associação para representar essas escolas, conhecida como Associação das Escolas Comunitárias (AEC), responsável pela organização das escolas comunitárias, a mesma, está sediada em Luanda, propriamente no município do Cazenga.

Segundo Mendes (2012, p. 4) as escolas comunitárias:

São espaços cedidos e geridos pela comunidade, onde o valor e modalidades de pagamento de propinas são negociados com estes, onde são poucas as exigências para matricular os filhos, por exemplo, não é obrigatório a apresentação de cédula e o horário é flexível e negociado. Têm como função principal escolarizar as crianças que não conseguem integrar se na escola oficial ou nos dispendiosos colégios privados, chegam a acolher alunos que desistem da escola pública e apoiar pedagogicamente os alunos repetentes e/ou com grandes dificuldades.

Em sua configuração inicial, as escolas comunitárias, garantem o Iº Ciclo do Ensino Primário, a iniciação até à 6ª classe, atualmente há algumas garantido também, o IIº Ciclo do Ensino Primário, 7ª, 8ª e 9ª. Em algumas escolas comunitárias, também são oferecidas alfabetização para adultos, em geral, essas aulas são lecionadas no período matutino.

Atualmente, tem sido crescente o número de escolas comunitárias em Angola. Esse crescimento é visível, inicialmente era apenas na capital (Luanda) que havia. Hoje outras províncias também já se beneficiam de escolas comunitárias, pois são vistas como uma segunda alternativa educativa. Elas tentam garantir a formação para as crianças sem documentação, que não foram contempladas com vagas que o ministério da educação coloca à disposição da população angolana.

4 GESTÃO DAS ESCOLAS COMUNITÁRIAS

Neste estudo a gestão escolar é entendida como a forma ou a maneira que as instituições escolares se organizam, partindo duma pirâmide hierárquica, onde, cada setor ou elemento assume uma posição, e as responsabilidades são repartidas, assim sendo, o andamento da educação é aperfeiçoado e condigno. Em outras palavras, “a gestão é a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para se atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnicos administrativos” (Libâneo, 2004, p. 88).

Os termos gestão e administrar, são muitas vezes considerados indissociáveis, porém, na visão de vários estudiosos, podem ser compreendidos como coisas distintas, para Lück (1997, p.14):

O termo gestão tem sido utilizado, de forma equivocada, como se fosse simples substituição ao termo administração. Comparando o que se propunha sob a denominação de administração e o que se propõe sob a denominação de gestão e ainda, a alteração geral de orientações e posturas que vêm

ocorrendo em todos os âmbitos e que contextualizam as alterações no âmbito da educação e da sua gestão, conclui-se que a mudança é radical. Consequentemente, não se deve entender que o que esteja ocorrendo seja uma mera substituição de terminologia das antigas noções a respeito de como conduzir uma organização de ensino.

A palavra “gestão” sempre caminhou com as palavras organizar, administrar e gerir, dando a entender que as três querem dizer a mesmíssima coisa, mas Libâneo apresenta elas de formas divergentes dentro do campo da educação (2004, p. 85):

Organizar significa dispor de forma ordenada, articular as partes de um todo, prover as condições necessárias para realizar uma ação; administrar é o ato de governar, de pôr em prática um conjunto de normas e funções; gerir é administrar, gerenciar, dirigir. No campo da educação, a expressão organização escolar é frequentemente identificada com administração escolar, termo que tradicionalmente caracteriza os princípios e procedimentos referente à ação de planejar o trabalho escolar, racionalizar o uso de recursos (materiais, financeiros, intelectuais), coordenar e controlar o trabalho das pessoas.

Ademais, podemos entender também que, gestão escolar, é o caminho a ser trilhado para uma prática educativa mais assertiva, eficiente e com qualidade. Dentro dela, as tarefas são repartidas: cada agente da educação, compõe ou integra os elementos da gestão escolar, pois, ela é abrangente e na visão de Oliveira (2003, p.40) a gestão é:

[...] a descentralização administrativa, inclusive dos recursos financeiros, o que confere maior autonomia às unidades escolares, permitindo a elas maior capacidade de adaptação às condições locais, sem risco de alterações substantivas ou perturbações indesejadas em todo o sistema. Ao mesmo tempo, é necessária uma participação maior dos sujeitos envolvidos no processo educacional no interior da escola, na exata medida em que suas responsabilidades aumentam com a descentralização operacional.

Assim sendo, a gestão escolar tem como escopo promover uma educação com qualidade e participação, além disso, é abrangente, pois, estabelece a relação entre o público externo e a escola.

Há diferentes perspectivas de se pensar e executar a gestão escolar, entre elas encontramos a gestão democrática e a gestão participativa. De maneira resumida, a gestão democrática envolve a comunidade escolar, incluindo os pais e os funcionários para uma educação mais eficiente, ao passo que, na gestão participativa, promove uma colaboração ativa dentro da instituição escolar, onde cada um desempenha um papel para o andamento da educação.

Por outro lado, a gestão é feita através de gerenciamento de finanças e recursos humanos. Entendemos que as instituições escolares privadas, como é o caso das escolas comunitárias, arrecadam fundos para a sua manutenção e a garantia salarial dos professores

5 GESTÃO DAS ESCOLAS COMUNITÁRIAS NA VISÃO DOS GESTORES

Com base nas entrevistas feitas com gestores das escolas comunitárias, ficou perceptível que os recursos financeiros não provêm do Ministério da Educação. Como afirma o *Gestor B*: “Os recursos financeiros utilizados pelas escolas comunitárias são de origem particular”. As instituições são autônomas, e sobrevivem através de propinas, que são pagamentos mensais que geralmente são feitos pelos pais ou responsáveis dos estudantes, os encarregados por sua educação.

Essas verbas têm como finalidade suprir as necessidades internas da instituição como também pagar os professores, como indica o *Gestor A*:

pagar os professores, diretor, secretária, subdiretor pedagógico, diretor administrativo. Pagamento de cotas da Escola dentro da Associação, e dos professores. Também se usa a fim das compras de giz, quadro, carteiras, resmas, tinteiros, esferográficas, cola, livros, lâmpadas, água, e o pouco que por vezes há de restar temos feito depósito para conta da Escola que não é nada fácil. (*Gestor A* – Em entrevista concedida via google forms).

Outrossim, ao longo das entrevistas conseguimos perceber que, o Ministério da Educação, apenas fornece materiais didáticos para a Associação das Escolas Comunitárias (AEC), e a mesma por sua vez, faz a divisão para as escolas pertencentes à Associação. As escolas dividem de forma geral aos alunos, de acordo com suas classes, o *Gestor B* aponta que o material “é administrado de forma a geral, para satisfazer as necessidades internas da escola e é distribuído por cada aluno de acordo com as suas respectivas classes”.

Conforme ressaltado, o Ministério da Educação apenas providênciamateriais didáticos para AEC, o que nos leva a entender os inúmeros desafios que as escolas comunitárias têm enfrentado, dentre eles temos: a péssima estrutura das escolas comunitárias, a ausência de merenda escolar, a não preparação dos professores que lecionam nessas mesmas escolas, a ausência de carteiras.

Lembra o *Gestor A* que os materiais também possuem a tarefa de “de motivar, despertar o interesse dos alunos pela aula, aproximar o aluno da realidade”. E que:

Quanto à sua distribuição, os recursos devem estar de acordo aos objetivos a serem alcançados, quando tivermos que usar os recursos devemos estimular os alunos em comportamentos que aumentam a produtividade, como atenção, a percepção”. (*Gestor A* – Em entrevista concedida via google forms).

Na percepção dos gestores entrevistados, a qualidade e quantidade dos recursos financeiros e materiais didáticos que chegam nas escolas não são insuficientes para colmatar as necessidades educacionais dos alunos, nem todos são contemplados com livros didáticos.

Conforme revelam, as Escolas Comunitárias atuam como parceiras do Estado, entretanto o Estado Angolano não olha e não trata as instituições educativas como partes importantes para cumprir o objetivo primordial que é a política educativa.

Para o *Gestor A*, “as Escolas Comunitárias por sua vez, tem métodos eficazes de ensino que contribuem com o aprendizado e atuam no desenvolvimento da erradicação do analfabetismo em Angola”.

Considerando o que foi dito pelos referidos gestores, entendemos que as escolas comunitárias têm enfrentado diversos problemas, a falta de recursos financeiros e estruturas inadequadas para uma prática docente de qualidade, professores capacitados para atender os desafios predominantes nas escolas e materiais didáticos.

Estes aspectos condicionam de certo modo o processo de aprendizagem dos estudantes. Uma boa gestão, soluciona problemas dessa natureza, que na ótica de Paro (2022), a gestão tem como meta estabelecer alguns pressupostos básicos para que se concretize a prática educativa com eficiência.

Para que haja uma gestão de estima, é necessário que haja apoio financeiro e um bom gerenciamento por parte dos gestores, a distribuição dos recursos financeiros deve ser bem-feita e atender as necessidades de cada unidade escolar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou compreender a gestão das escolas comunitárias no município do Cazenga (Luanda/Angola). Olhou para a origem e gerenciamento dos recursos financeiros e materiais didáticos que chegam nas escolas comunitárias localizadas no município do Cazenga. Ver como elas são subsidiadas e como é que se sobrepõem aos desafios internos que vêm enfrentando.

Percebemos, ao longo da pesquisa, que as escolas se asseguram através de mensalidades que são pagas pelos próprios alunos, não recebendo subsídios do Ministério da Educação.

Apresentamos as percepções dos gestores das escolas comunitárias a respeito da qualidade e quantidade dos materiais que chegam às escolas. Eles destacam as enormes necessidades que elas enfrentam nesse aspecto, mas também indicam o potencial que as escolas possuem para enfrentar o problema do analfabetismo em Angola.

Ficou evidente que as escolas comunitárias não recebem apoio financeiro do Ministério da Educação em Angola e que este fato influencia a qualidade da educação ofertada pelas escolas comunitárias. A ausência de financiamento se reverbera nas péssimas estruturas das mesmas escolas, na falta de carteiras e no salário dos professores.

Portanto, entendemos que são necessárias outras pesquisas que aprofundem a temática, de modo a promover uma boa educação e melhorar o andamento das escolas comunitárias. O aprofundamento dessas novas pesquisas, proporcionará à gestão das escolas um avanço significativo, uma vez que, as mesmas precisam ser desenvolvidas.

Os resultados apontam que ainda há muito que se fazer na gestão dessas escolas, isso, desde a sua organização, gerenciamento de recursos e participação do estado. São inúmeros problemas que podemos aqui elencar que as escolas comunitárias têm enfrentado, porém, a maioria delas se centraliza na gestão.

Em suma, a pesquisa tem uma grande importância para mim, acredito que ela é uma forte contribuição para o desenvolvimento da gestão escolar, sobretudo da gestão das escolas comunitárias.

REFERÊNCIAS

ANGOLA, Lei N° 13/01 - *Lei de Bases do Sistema de Educação*, 31 de dezembro de 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Gabinete de Estudos, Planejamento e Estatística. Anuário Estatístico da Educação 2020/2021, 2024.

CAVACO, Carmen. Analfabetismo e alfabetização de adultos em Portugal. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 13, n. 27, p. 369-382, 2018.

DENZIN, N. K; LINCOLN, I. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIÁRIO DA REPÚBLICA. Órgão Oficial da República de Angola. A Lei que revoga a Lei n.º 18/16, de 17 de Outubro – *Lei da Divisão Política Administrativa* (Lei 14/24, de 5 setembro). I Série - N.º 171, 2024.

DA SILVA MOTA, Janine. *Utilização do Google Forms na pesquisa acadêmica*. Humanidades & Inovação, v. 6, n. 12, p. 371-373, 2019.

DE OLIVEIRA, João Ferreira; LIBÂNEO, José Carlos; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. Cortez editora, 2017.

LÜCK, Heloisa. A evolução da gestão educacional a partir de mudança paradigmática. *Revista gestão em rede*, n. 3, p. 13-18, 1997.

LÜCK, Heloísa et al. Dimensões da gestão escolar e suas competências. Curitiba: *Editora Positivo*, v. 1, p. 18, 2009.

Jornal de Angola. *Escolas comunitárias formam mais de 336.764 pessoas*. Disponível em: pressreader.com/angola/jornal-de-angola/20240804/page/32/textview. Acesso em: 17 nov. 2024.

LIBÂNEO, José Carlos et al. *Organização e gestão da escola*. Teoria e prática, v. 5, 2004.

LIMA, Márcia. *O uso da entrevista na pesquisa empírica*. Métodos de pesquisa em ciências sociais: bloco qualitativo, p. 24-41, 2016.

MENDES, Carolina de Fátima Babo. *As Escolas Comunitárias de Luanda: Um contributo para o desenvolvimento sustentável da escolarização em Angola*. 2011. Tese de Doutorado.

MINAYO, M. C. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, Vozes, 2002.

VIEIRA, Teresa; AMANTE, Lúcia. Promovendo a formação contínua de professores das escolas comunitárias em angola: uma experiência de elearning. *Revista Docência e Cibercultura*, v. 8, n. 3, p. 01-17, 2024.

PARO, Vitor Henrique. *Administração escolar: introdução crítica*. Cortez Editora, 2022.

ZAU, Filipe. *Educação em Angola. Novos trilhos para o desenvolvimento*. Lisboa: Movilivros, 2009.